

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - UFSJ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

**ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO
PRETO: ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIOECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS**

CARMINO HAYASHI

Orientador: Prof. Dr. Elfany Reis do Nascimento Lopes

SÃO JOÃO DEL REI – 2018

Resumo

Atualmente, com o processo de conurbação existem inúmeros problemas que ultrapassam os interesses e limites dos municípios, o que implica a necessidade de uma gestão metropolitana. Este estudo objetivou caracterizar e analisar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) em relação aos atributos políticos, socioeconômicos e geográficos, além de traçar um perfil comparativo com as demais regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, visando propor orientações e alternativas viáveis em termos de gestão e desenvolvimento regional. A metodologia utilizada possui abordagem qualitativa e analítica, por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais oficiais. A RMRP é formada por 34 municípios, subdivididas em quatro regiões, tendo como base de agregação e desenvolvimento os fatores econômicos industriais e comerciais relacionados ao agronegócio, indústria sucroalcooleira, equipamentos e tecnologias na área da saúde, além de produtos como a soja, minérios de estanho e seus derivados, assim como outros itens relacionados à alimentação e nutrição animal e seus insumos. Esta região caracteriza-se por ser a sexta a ser criada no estado de São Paulo, devido a sua localização estratégica e características socioeconômicas fortes, reforçando o debate integrado entre os municípios membros para o seu desenvolvimento e respeito mútuo entre as individualizações municipais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Regionalização; Metrôpoles regionais.

1. INTRODUÇÃO

A maioria das ações governamentais dos municípios é de origem orçamentária, de forma que poucas atividades serão levadas a termo, se não estiverem incluídas no orçamento. O Sistema Orçamentário atual rege-se pela Constituição de 1988, constituído pela formulação de um Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que de forma integrada, objetivam a execução de um planejamento orçamentário de longo, médio e curto prazo (BRASIL, 1988).

Entretanto, a simples execução do planejamento orçamentário municipal, segundo as normas legais, não garantem o sucesso de uma administração pública municipal, pois atualmente os novos desafios de gestão referem-se às formas de como tratar os problemas que ultrapassam os interesses e limites municipais, caracterizando a necessidade de uma nova gestão transmunicipal.

Este aspecto pode ser relacionado com o rápido fenômeno da conurbação, onde os limites territoriais municipais são cada vez menos nítidos do ponto de vista administrativo, originando a necessidade de ações integradas de cunho regional ou metropolitano. Nesta situação, as ações conjuntas das administrações municipais são capazes de apresentar soluções mais viáveis e efetivas, em funções de uma maior força administrativa, política, financeira e técnica e representam a possibilidade de criação de uma região metropolitana.

De acordo com Braga e Carvalho (2004), uma região metropolitana é composta por um aglomerado urbano de vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados geograficamente e funcionalmente, originando um espaçamento urbano praticamente contínuo. Para Carmo (2007), a Região Metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, ou seja, o polo de atração e/ou dominação de um grande espaço de produção e consumo.

Na prática, o que caracteriza de fato essa região é a sua intensa urbanização, que por sua vez, originam as funções públicas de interesse comum aos municípios formadores, integrando as de forma política e socioeconômica em termos de organização, planejamento e execução de programas previamente estabelecidos.

O processo de metropolização no Brasil iniciou-se a partir de meados do século XX, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro, embora a primeira institucionalização tenha ocorrido no Rio Grande do Sul, que criou a Região Metropolitana de Porto Alegre, no ano de 1968, formada por 13 municípios. Na década seguinte, em 1973, a Lei Federal nº 14/1973 (BRASIL, 1973), instituiu oito regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre), e no ano seguinte em 1974, criou-se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FREITAS, 2009).

Atualmente, existem mais de 30 regiões metropolitanas no país, formadas principalmente nas cercanias das capitais estaduais e em regiões mais desenvolvidas nos interiores, inclusive as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), que são possuem abrangências interestaduais. A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) constitui-se na sexta unidade regional do Estado de São Paulo, criado pela Lei Complementar nº 1.290/2016, sendo a primeira região metropolitana fora da macrometrópole, onde se encontram as cinco regiões metropolitanas já instituídas, quais sejam: São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba (SÃO PAULO, 2016).

Por meio da institucionalização de uma governança metropolitana, onde os problemas e soluções serão debatidos de forma conjunta com todos os municípios componentes, certamente os projetos municipais e regionais poderão ser melhores planejados e implementados no contexto das decisões colegiadas de uma região metropolitana, o que proporcionará uma natural atração de novos empreendimentos, com consequentes melhorias em termos de ofertas de trabalhos e geração de renda para a população. Neste processo, está envolvida uma configuração resultante de um conjunto de relações sociais, políticas, administrativas, econômicas, industriais e culturais, circunscritos num espaço geográfico, onde normalmente emergem inúmeros conflitos sociais de várias ordens e origens.

Nestas análises é importante realizar uma reflexão sobre os processos envolvidos que conduzem a criação de uma nova região metropolitana e influenciam a competitividade regional, por meio da identificação e diagnósticos que permitam orientar a formular políticas públicas e institucionais eficazes na condução do desenvolvimento dos municípios. Deve-se ressaltar que não se trata apenas de analisar as vantagens comparativas de uma região metropolitana, do ponto de vista econômico, mas, sobretudo de avaliar as condições da qualidade de vida da população, verificados por meio da infraestrutura e dos inúmeros serviços prestados pelo poder público em benefício ao desenvolvimento urbano regional.

Entretanto, é imperioso considerar que apesar da tendência de uma regionalização organizada sob a forma de regiões metropolitanas – pensadas em termos de região, é sempre recomendável a manutenção do processo de recriação das estruturas locais, que devem ser raciocinados conforme as especificidades de cada município, ou seja, de acordo com a vocação caracterizada pela dinâmica, perfil geográfico, urbano e socioeconômicos de cada município.

Neste contexto, este estudo se justifica na necessidade de analisar os processos e transformações decorrentes da criação de uma Região Metropolitana, buscando contribuir com a discussão de uma gestão territorial que resulte num melhor desenvolvimento regional. Isto significa compreender a sociedade em sua relação de inserção geográfica e espacial, assim como as suas interações com os vários segmentos, tais como a área da saúde, economia, educação, cultura, habitação, transportes, bens históricos e ambientais, isto é, constitui-se numa análise integrada das diferentes particularidades municipal/regional.

Assim, o objetivo do estudo foi caracterizar e analisar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) em relação aos atributos políticos, socioeconômicos e geográficos, além de traçar um perfil comparativo com as demais regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, visando propor orientações e alternativas viáveis em termos de gestão e desenvolvimento regional.

2. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho possui uma abordagem de caráter qualitativo, ou seja, não objetiva a enumeração ou mensuração de eventos, uma vez que envolve uma análise mais subjetiva dos dados levantados tais como detalhamento, particularidades e interpretações situacionais relacionados à temática região metropolitana (MARCONI; LAKATOS, 2011). São complementadas por uma abordagem de tipologia

analítica, que segundo Marconi e Lakatos (2011) envolvem estudos e avaliações relativas às informações já existentes, buscando explicações contextuais, assim como explicativas, uma vez que se levantam os fatos, analisam, sintetizam, interpretam e identificam suas causas, visando ampliar generalizações, estruturações e modelos de visão unificada.

Fundamentalmente, o trabalho baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental de materiais publicados, ou seja, suas análises e deduções embasaram-se em análises, avaliações e integrações da literatura existente, em busca de conclusões pertinentes de uma determinada temática.

Foram utilizados levantamentos de dados secundários e revisão de literatura das características socioeconômicas, políticas e geográficas da temática em questão, em consultas a base de dados *on line* da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (EMPLASA) e Datapedia.

O levantamento bibliográfico também foi realizado em periódicos e revistas indexadas nacionais e internacionais, obtidos por meio da Base nacional de periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, SCIELO e Google Acadêmico. Os materiais bibliográficos levantados foram submetidos a uma análise preliminar, com leituras, análises da literatura.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Regiões Metropolitanas

Uma região pode ser conceituada como uma área contínua caracterizada pela homogeneidade relacionada ao domínio de um determinado aspecto seja ele natural ou construído, econômico ou político, que o diferencia das demais, enquanto o termo metrópole refere-se a uma cidade mãe constituída por uma área urbana de um ou mais municípios, exercendo forte influência sobre o seu entorno, polarizando em si complexidade funcional e dimensões físicas que a destacam numa rede de cidades e no cenário regional (FREITAS, 2009).

Segundo Souza (2003), o termo metrópole dizia respeito à capital ou cidade principal de uma província, estado ou região, proveniente de uma aglomeração urbana formada por um agrupamento de cidades que passam a constituir um minissistema urbano,

crescendo e destacando-se das demais, passando a exercer uma forte área de influência social e econômica regional, o que vem caracterizar uma metrópole, conforme preconiza Souza (2003).

Em relação ao conceito de região metropolitana, Braga e Carvalho (2004) especifica que a mesma é constituída por um determinado número de municípios autônomos administrativamente, porém integrados geograficamente e funcionalmente, proporcionando um espaço urbano contínuo. Já Carmo (2007) complementa afirmando que uma região metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, ou seja, um polo ou espaço de produção e consumo de produtos ou serviços.

Em 1988, por força da Constituição da República Federativa do Brasil, passou-se aos Estados a competência de criação das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, desde que sejam constituídas pelo agrupamento de municípios limítrofes, melhor explicitado em Art. 25, § 3º:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988).

Esta determinação, atribuindo poder para que cada Unidade da Federação estabelecesse os seus próprios critérios para a criação e institucionalização de regiões metropolitana, acabou acarretando algumas distorções, uma vez que possibilitou a adoção de medidas quantitativas e qualitativas não padronizadas entre as diversas regiões, provocando situações que não atendiam às principais normas e conceitos pré-estabelecidos para a criação de uma região metropolitana.

Em relação ao Estado de São Paulo, a Constituição Estadual de São Paulo (1989), em seu artigo 153, § 1º considera que a região metropolitana é o agrupamento de municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes (SÃO PAULO, 1989).

De acordo com as especificações e recomendações elencadas acima que justifiquem a criação e existência de uma região metropolitana, conforme preconizado por Tottis (2013), existem muitas vantagens para os municípios associados, tais como uma maior integração regional e melhorias na gestão do desenvolvimento urbano por meio de políticas

Os municípios que integram a RMRP são Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antnio, Mococa, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antnio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiúva, Tambaú e Taquaral (SÃO PAULO, 2016).

Certamente, entre os fatores que mais contribuíram para a criao da RMRP foram a concentrao populacional, a gerao de renda, o fluxo de moradores entre as cidades e a infraestrutura aeroportuária e rodoviária. Em seu processo de formalizao, iniciado em março de 2016, foram feitas diversas reuniões, onde foram discutidos aspectos burocráticos, formatao do Conselho Metropolitano, questões financeiras oriundas do estado e dos municípios componentes, articulaes gestoras nasreas de serviços de segurança, saúde e transporte, meio ambiente e comunicao.

Após a criao oficial da RMRP, a primeira reunião de oficializao do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto ocorreu em 27 de março de 2017, na sede da Associao de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, contando com a presença de 22 prefeitos dos municípios associados e do subsecretário de assuntos metropolitanos, ocasião em que foram eleitos o presidente e o vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento (EMPLASA, 2017).

Na Tabela 1 é apresentada a caracterizao socioeconmica dos municípios que compõem a RMRP por sub-regiões e os respectivos comparativos entre os quantitativos da RMRP e o Estado de São Paulo.

A região é formada por umarea de 14.787,89 km² (SEADE, 2016), que corresponde a 5,96% do Estado e 0,17% do país, congregando aproximadamente 1,7 milhão de habitantes e densidade média de 113,53 hab./km², conforme IBGE (2017). A RMRP constitui-se na 18^a mais populosa e a 17^a de maior PIB do país (Tabela 1).

Uma das motivaes que levaram a discussão sobre a criao da RMRP foi o processo de conurbao, ou seja, uma aproximao da malha urbana entre as cidades próximas, em funo de seu crescimento populacional e geográfico, que já se fazia presente como no caso das duas maiores cidades desta região (Ribeirão Preto e Sertãozinho). No caso da RMRP, levaram-se em conta também, cidades circunvizinhas de Ribeirão Preto, que com sua populao,área e densidade demográfica, ajudam a explicar o processo de conurbao regional.

Tabela 1 - Indicadores Socioeconômicos da RMRP e suas sub-regiões

Municípios - SR 01	Área km ²	População	Densidade hab/km ²	TGCA 2010/2017	PIB 2015 mil reais	IDH 2010	Total Veículos	Porte Cidade	PMRP-SP km
Barrinha	146,03	31.921	218,60	1,63	437.227	0,766	14.319	P	337
Brodowski	278,46	24.092	86,52	1,91	496.451	0,805	14.736	P	338
Cravinhos	311,42	34.651	111,27	1,28	958.293	0,815	21.561	P	292
Dumont	111,38	9.468	85,01	2,18	185.416	0,802	4.621	P	331
Guatapar	413,57	7.546	18,25	1,15	166.975	0,776	3.313	P	297
Jardinópolis	501,87	42.904	85,49	1,88	909.926	0,808	23.172	P	329
Luís Antnio	598,26	14.021	23,44	3,15	1.443.264	0,795	6.489	P	273
Pontal	356,37	47.638	133,68	2,44	861.307	0,792	19.544	P	351
Pradópolis	167,38	20.516	122,57	2,40	335.943	0,798	9.484	P	315
Ribeirão Preto	650,92	682.302	1.048,22	1,74	27.809.706	0,855	515.346	G	313
Sta Rita do P. Quatro	754,14	27.590	36,58	0,59	595.778	0,832	18.339	P	248
São Simão	617,25	15.225	24,67	0,85	404.808	0,801	8.350	P	278
Serra Azul	283,14	13.810	48,77	2,96	125.928	0,742	3.981	P	302
Serrana	126,05	43.790	347,41	1,71	835.480	0,775	21.631	P	313
Sertãozinho	403,09	122.643	304,26	1,56	4.743.324	0,833	87.486	M	333
Total SR-1	5.719,31	1.138.117	199,00	1,74	40.309.826	0,800	772.373	-	-
Municípios - SR02									
Guariba	270,29	39.216	145,09	1,44	796.455	0,756	20.063	P	337
Jaboticabal	706,60	76.563	108,35	0,95	2.434.057	0,815	55.838	M/P	342
Monte Alto	346,95	49.979	144,05	0,99	1.615.405	0,813	39.225	P	364
Pitangueiras	430,64	38.889	90,31	1,39	888.461	0,764	19.770	P	364
Taiúva	132,46	5.603	42,30	0,40	86.452	0,789	3.288	P	363
Taquaral	53,89	2.823	52,38	0,50	28.367	0,765	1.245	P	362
Total SR-2	1.940,83	213.073	109,78	1,11	5.849.197	0,784	139.429	-	-
Municípios - SR 03									
Cajuru	660,09	25.655	38,87	1,34	479.734	0,783	14.421	P	298
Cássia dos Coqueiros	191,68	2.591	13,52	-0,23	107.985	0,796	1.397	P	304
Mococa	854,84	68.994	80,71	0,57	1.802.064	0,809	42.570	M/P	262
Sta C. da Esperança	148,06	2.110	14,25	1,11	37.650	0,794	822	P	316
Sta Rosa de Viterbo	288,58	26.067	90,33	1,27	789.831	0,804	15.676	P	283
Tambaú	561,79	23.267	41,42	0,54	498.431	0,792	14.391	P	255
Total SR-3	2.705,35	148.684	54,96	0,81	3.715.694	0,796	89.277	-	-
Municípios - SR04									
Altinópolis	928,96	16.219	17,46	0,55	376.541	0,823	9.390	P	333
Batatais	849,53	61.480	72,37	1,22	1.513.698	0,825	40.279	M/P	352
Morro Agudo	1.388,13	32.220	23,21	1,46	1.062.318	0,767	17.489	P	380
Nuporanga	348,27	7.341	21,08	1,06	403.833	0,784	4.003	P	373
Orlândia	291,77	43.306	148,43	1,22	1.482.382	0,824	32.729	P	365
Sales Oliveira	305,78	11.641	38,07	1,39	285.576	0,819	6.780	P	363
S. Antnio da Alegria	310,29	6.829	22,01	1,15	123.795	0,770	3.122	P	331
Total SR-4	4.422,71	179.036	40,48	1,20	5.248.141	0,802	113.792	-	-

Legenda: TGCA: Taxa geométrica de crescimento populacional anual (%); IDH: 0,800 a 1,0 = muito alto, 0,700 a 0,799 = alto; Porte da Cidade: G = grande, M = médio e P = pequeno. Fonte: IBGE, 2017; Denatran, 2017 – adaptado.

É interessante observar que em termos de distância estes municípios, apresentam-se bastante próximas de Ribeirão Preto, com distâncias em média de 20 km, exceto Guataparã que possui uma distância de 64,1 km, além de possuir a menor densidade populacional entre as cidades circunvizinhas. Observa-se ainda que, entre elas, a cidade de Serrana e Sertãozinho apresentam as maiores densidades populacional da RMRP, proximidade de Ribeirão Preto (cerca de 20 km), e sistema rodoviário em pista dupla, o que em parte explica um maior crescimento nos últimos tempos nestes locais.

Existem ainda diversos fatores que atuam como agentes polarizadores, promovendo e/ou acelerando o processo de conurbação, em especial o fator econômico na RMRP, entre os quais podemos citar o desenvolvimento do agronegócio/*agrobusiness*, ou seja, os aspectos relacionados ao comércio e indústria sucroalcooleira, produção de equipamentos industriais para a montagem dos complexos de usinas, além de produtos agropecuários como a soja e seus derivados, minérios de estanho e derivados e nutrição animal, tanto nos setores primários como nos secundários e terciários (MDIC, 2017).

O Produto Interno Bruto (PIB) da região é de R\$ 55.122.858.290,00 (IBGE, 2015), o que correspondeu à produção de 2,84% do PIB paulista em 2015 e 0,97 do PIB Nacional, além de um PIB *per capita* de R\$ 27.271,84 (IBGE, 2015). Pode ser considerada uma das regiões economicamente mais forte do Estado de São Paulo e do Brasil, por apresentar uma economia pujante e diversificada, nos diferentes setores empresariais de alta tecnologia na agropecuária e na indústria, fomentando as áreas do comércio e serviços, além de possuir uma eficiente rede em termos de sistemas logísticos em transportes, comunicação e segurança local e regional.

É adequado assinalar que a RMRP hospeda empresas com capacidade no atendimento dos mercados internos e externos relacionados à alimentação, assim como no ramo de saúde em termos de serviços, pesquisas científicas e fabricação e exportação de equipamentos na área. Podem-se registrar atividades de ensino e pesquisas, representadas por instituições de ensino superior, pelo Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde e APL de *Software*, associadas a grandes eventos nacionais e internacionais tais como a Agrishow (Ribeirão Preto) e Fenasucro & Agrocana (Sertãozinho).

Ainda na área da saúde é importante elencarmos a APL da Saúde, o Curso de Ciências Médicas da USP (campus de Ribeirão Preto), o Hospital das Clínicas, além de outros 46 estabelecimentos hospitalares públicos e privados, sendo que a maioria encontra-se estabelecidos em Ribeirão Preto (EMPLASA, 2016; IBGE, 2017).

Pela Tabela 1, verificamos que os maiores PIB entre os municípios que compõem a RMRP temos as cidades de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal, Mococa, Monte Alto, Batatais, Luís Antônio e Orlandia e Morro Agudo com PIB acima de 1 bilhão de reais. Aqueles considerados com PIB menor que 100 milhões se encontram os municípios de Taiúva, Santa Cruz da Esperança e Taquaral. Pelo que podemos observar, independente dos fatores envolvidos na determinação do PIB, o que fica evidente nos municípios com PIB mais elevados são atividades econômicas derivadas de um forte processo de industrialização e processamentos de produtos e serviços relacionados a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, características desta região metropolitana.

Considerando-se que o PIB representa a soma de valores monetários de todos os bens e serviços produzidos por uma determinada região em um determinado tempo, fica evidente que a RMRP, com um PIB de 55,1 bilhões denota um indicador macroeconômico que quantifica o poder e a força econômica desta região, representada pelas suas indústrias e empresas em franco desenvolvimento, além de ser um excelente atrativo na materialização de novos investimentos para consolidação da região metropolitana.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme PNUD-Brasil (2013) observa-se que a RMRP apresenta um IDH com bom indicativo, quando comparado às outras regiões do Brasil. Considerando que este índice varie em um intervalo de 0 a 1, e que os municípios da RMRP apresentaram um valor sempre superior a 0,742, com média de 0,767 (variando entre 0,855 – muito elevado a 0,742 - elevado), média esta considerada elevada e que pode ser equiparada às três melhores médias dos estados brasileiros (DF- 0,824, São Paulo – 0,783 e Santa Catarina – 0,774), assim como em 127^o lugar entre os 645 municípios do estado de São Paulo e em 265^o lugar entre os 5.565 municípios do Brasil (PNUD-Brasil, 2013).

Entre os municípios com índices de IDH “muito elevado” na RMRP encontram-se os municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Santa Rita do Passa Quatro, Batatais e Orlandia enquanto aqueles classificados como “elevados” temos os municípios de Pradópolis, Cássia dos Coqueiros, Luiz Antônio, Santa Cruz da Esperança, Pontal e todos os demais, ressaltando-se que nenhum município da RMRP apresentaram resultados que os enquadre em classificação de médio ou baixo, o que é extremamente positivo, refletindo de modo geral boas condições dos municípios desta região metropolitana.

Em termos de logística de locomoção e transportes é importante destacar a rodovia Anhanguera que cruza a RMRP. O eixo viário na direção Norte, pela rodovia Anhanguera rumo ao Distrito Federal, passando pela região do Triângulo Mineiro o território

é acompanhado ainda pela linha ferroviária sob concessão à América Latina Logística, além da representatividade desta região contar com uma frota de veículos totalizando em torno de 1.040.684 unidades, o que demonstra um alto índice de veículos por habitante (DENATRAN, 2017).

O Aeroporto Estadual Dr. Leite Lopes de Ribeirão Preto, apresenta um maior índice de movimentação total de passageiros, seguida de cargas transportadas, proporcionando um forte incremento nas atividades turísticas da região, especialmente as estâncias turísticas de Brodosqui, Nuporanga, Batatais e Santa Rita do Passa Quatro, além das reservas naturais, somados aos potenciais turismos de eventos, *agrobusiness*, turismo rural, históricos, culturais, educacionais, religiosos, dentre diversos outros.

Em relação às questões geográficas, climáticas e ambientais que caracterizam a RMRP, o relevo manifesta-se na maioria das vezes com áreas onduladas, compondo-se principalmente por colinas amplas e baixas com alguns topos tabulares, com altitude principalmente entre 500-700 m., mas poucos municípios atingindo acima de 900 metros de altitude. O clima predominante da RMRP é essencialmente tropical semiúmido (Tipo Aw – classificação climática de Köppen-Geiger), com temperatura média anual variando em torno de 22 °C, índice pluviométrico de 1.500 mm/ano e umidade relativa do ar muitas vezes críticos, abaixo de 20% (CEPAGRI, 2017).

Embora no estado de São Paulo existam 34 parques estaduais (SÃO PAULO, 2018a), na RMRP existe apenas o Parque Estadual de Vassununga (área de 20,5 Km²), localizado no município de Santa Rita do Passa Quatro, que pode ser identificada como uma importante área de floresta estacional semidecidual e cerrado, onde se encontra a maior densidade populacional de jequitibá-rosa do estado. Nos vários municípios que compõem a região metropolitana, ocorrem inúmeros parques, zoológicos e reservas florestais criadas e regulamentadas por leis municipais, geralmente com deficiências em orientação e gestão técnica.

Os municípios da RMRP são abrangidos parcialmente pelas Bacias Hidrográficas do Rio Pardo e Rio Mogi-Guaçu, que pelas suas junções irá formar a Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo-Grande, que por sua vez irá percorrer toda a extensão desta região metropolitana, desaguando no rio Grande (SÃO PAULO, 2018b). É importante lembrar que esta região está em grande parte sobre o Aquífero Guarani, o que remete a uma preocupação ambiental para a sua preservação e integração com todos os municípios, estados, e inclusive com os países sob os quais o Aquífero se estende.

Considerando-se o bioma Cerrado que recobre grande parte do Estado de São Paulo (32,84%), e que em relação à RMRP podemos dizer que existem municípios que são totalmente recobertos pelo bioma cerrado e outros que são recobertos apenas parcialmente, uma vez que possuem mesclas de outros biomas (IBGE, 2004).

Aqueles que recobertos integralmente pelo bioma cerrado são os municípios de Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cravinhos, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luis Antonio, Dumont, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral. Por outro lado, aqueles municípios que são recobertos apenas parcialmente no bioma Cerrado são Cássia dos Coqueiros, Cajuru, Mococa, Monte Alto, Sta Cruz da Esperança, Sta Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Sto Antonio da Alegria, Taiúva e Tambaú.

Neste contexto, o bioma Cerrado ocupa cerca de 200 milhões de hectares em nível nacional, sendo que no estado de São Paulo ocupa cerca em torno de oito milhões de hectares, ocupando espacialmente a faixa central do estado de norte a sul, perpassando praticamente em seu total ou parcialmente o território de 267 municípios paulista (1/3 da área do estado), sendo a outra parte ocupada pelo bioma Mata Atlântica (IBGE, 2004).

Ainda que o cerrado, em termos de cultivos agrícolas tenha sido rejeitado em épocas passadas, devido à excessiva acidez do solo, com o advento do manejo agrícola e do processo de correção desta acidez, o mesmo tornou-se um solo onde predominam atualmente alta produtividade de soja, milho, feijão, café, e cana-de-açúcar (MIRANDA, 2005), o que tem proporcionado alta competitividade e desenvolvimento socioeconmico para a RMRP (ABAG, 2013).

J, em termos de qualidade de vida, resultantes do somatório de diversos fatores, principalmente sustentabilidade, estrutura e educação ambiental, conselho ambiental, biodiversidade, gestão das águas, qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana e saneamento, um indicador oficial que merece destaque e pode atuar como um referencial nas questões ambientais consiste do Programa Município Verde-Azul (PMVA) (SÃO PAULO/SMA, 2017).

Trata-se de um programa promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Governo do Estado de São Paulo) desde 2007, que busca mensurar e apoiar a eficiência da Gestão Ambiental dos municípios, por meio de um processo de descentralização e valorização da agenda ambiental dos mesmos. Com o objetivo de estimular e auxiliar os municípios na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para um desenvolvimento

sustentável. Este indicador embasa critérios na avaliação preferencial para liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição (FECOP).

Conforme o PMVA, no ranking dos 645 municípios do Estado de São Paulo, a RMRP apresenta dados ínfimos, que certamente merecem atenção e devem ser urgentemente melhorados, conforme já citado por Hayashi e Silva (2015).

De acordo com a exigência de uma pontuação acima de 80 (0-100), na RMRP observam-se apenas três municípios com estas características sendo Sertãozinho em 16^o lugar, Monte Alto em 23^o lugar e Pradópolis em 46^o lugar, especificando que mesmo o município de Ribeirão Preto como cidade sede da região está em 83^o lugar, nível muito abaixo do desejado (SÃO PAULO/SMA, 2017).

O município da RMRP com pior classificação foi o de Barrinha, com pontuação de 5,58 (576^o lugar), entretanto é conveniente apontarmos que dos 34 municípios da região, apenas três ostentam pontuação acima de 80 (qualificado), cooperando para que 31 municípios sejam considerados insuficientes em seus aspectos de sustentabilidade ambiental e caracterizam a RMRP como uma região com carências em relação ao seu sistema de gerenciamento e gestão ambiental.

Diante das análises e características da RMRP, em seus aspectos políticos, socioeconômicos e geográficos explicitados nos parágrafos acima, podemos argumentar que como os demais aglomerados urbanos, independente de suas características específicas, as políticas públicas obrigatoriamente devem estar voltadas para a melhoria e bem estar da população, o que exige uma complexa focalização e integração setorial e institucional dos problemas que afligem estas áreas (MOTTA, 2004).

Soma-se a isto, a exigência de uma sustentabilidade nos projetos e ações a serem desenvolvidos, assim como a concepção de mecanismos intermunicipais no processo de compartilhamento da gestão urbana, que venham favorecer o estabelecimento de parcerias colaborativas entre os diversos setores públicos, privados e as comunidades pertinentes; considerando a rudimentar integração setorial, institucional, espacial e social das ações no âmbito das políticas públicas municipais.

Segundo Azevedo e Guia (2004), as dificuldades inerentes ao desenvolvimento urbanísticos das regiões metropolitanas, de forma geral, somente poderão ser resolvidas de maneira mais adequada se os eventos coexistirem integrados a um contexto de políticas públicas institucionais democráticas e participativas, muito embora sempre existam dificuldades de mobilização social, principalmente por parte dos dirigentes e gestores públicos na priorização das questões emergentes que fatalmente surgirão ao longo do

amadurecimento e desenvolvimento das regiões metropolitanas. Entretanto, o grande problema neste quadro urbano que cresce desordenadamente, reside na falta de planejamento e gestão urbana em todos os níveis, o que enseja uma grande parcela da população vivendo em condições precárias, com as mínimas condições das normas urbanísticas, proporcionando a formação de centros populacionais sem competitividade em atrair quaisquer tipos de investimentos e cuja baixa qualidade de vida fatalmente refletirá na sociedade como um todo.

Nas responsabilidades da gestão das regiões metropolitanas, é interessante notar uma dualidade entre aquilo que cabe ao governo estadual e aquilo que cabe aos municípios integrantes da região metropolitana, representada pelo seu Conselho Gestor. Apesar de ambos reconhecerem a representatividade institucional que a região metropolitana apresenta, existe uma tendência em visualizar que uma maior governança metropolitana implicaria redução de poder para o estado e/ou municípios (AZEVEDO GUIA, 2004).

É indiscutível a importância de maiores estudos referentes às regiões metropolitanas para o desenvolvimento econômico e social do país como um todo, uma vez que mais de 90% do PIB brasileiro concentram-se nestas áreas, e onde também vivem mais de 81,2% da população brasileira (MOTTA, 2004). Uma das maiores dificuldades e responsabilidade dos Conselhos Gestores da RMRP, não seria tanto a junção de esforços para obtenção de recursos financeiros ou obras e serviços, mas a redistribuição destes recursos, o que certamente exigirá uma definição de clara e transparente dos critérios de atribuições, assim como nas prioridades, montantes e valores a serem rateados entre os componentes, de acordo com advertências feitas por Azevedo e Guia (2004).

Ao final, deve-se considerar que mesmo o município de Ribeirão sendo apenas o 80 em termos de área territorial da RMRP, ele detém a maior população (682.302 habitantes), maior PIB (27,8 bilhões), maior IDH (0,855), além da sua proximidade com o município de Sertãozinho que apresenta a segunda maior população e o segundo maior PIB da região, justificando a existência de parâmetros infraestruturais para pelas quais foi a cidade que originou a criação e tornou-se a sede desta região metropolitana (IBGE, 2015; IBGE, 2017).

4.2. Análise comparativa entre a RMRP e as demais Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo existe seis regiões metropolitanas formalmente estabelecidas denominadas por Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), Região Metropolitana de Campinas (RMC),

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), conforme dados constantes na Tabela 2.

Tabela 2. Caracterização socioeconômica das RMs do Estado de São Paulo

	Numero Municípios	Área- 2017 (Km²)	População 2017 (habitantes)	TGCA- 2010/17 %	Densidade Demográfica	PIB-2015 IBGE
Estado de SP	645	248.222,00	45.094.866	181,67	1,28	1.939.890.056
RMSP	39	7.946,96	21.391.624	1,20	2.691,80	1.056.948.121
RMBS	9	2.420,50	1.828.212	1,35	755,31	60.407.350
RMC	20	3.791,79	3.168.019	1,73	835,49	173.002.359
RMVPLN	39	16.100,07	2.497.857	1,41	154,26	102.603.526
RMS	27	11.611,48	2.088.381	1,58	179,84	78.181.539
RMRP	34	14.788,20	1.662.645	1,61	112,43	55.122.858

RMSP: Região Metropolitana de São Paulo; RMBS: Região Metropolitana da Baixada Santista; RMC: Região Metropolitana de Campinas; RMVPLN; Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; RMS: Região Metropolitana de Sorocaba; RMRP: Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi criada em 1973, e reorganizada em 2011 constituindo-se em sub-regiões Norte, Leste, Sudeste Sudoeste e Oeste. Possui um PIB de 1.056.948.121 bilhões que corresponde por 17,63% do total brasileiro e mais da metade do PIB paulista (54,48%), abrigando cerca de 21,4 milhões de habitantes e possuindo uma densidade demográfica de 2.691,80 hab./Km² (IBGE, 2015; 2017).

A RMSP agrupa os maiores complexos industriais do país e do estado, comerciais e financeiros que consolidam as principais atividades econômicas no país, concentrando inúmeros serviços especializados, tais como telecomunicações, cultura, educação, saúde, transportes e gastronomia, manifestando-se como principal polo turístico de negócios da América Latina, além de centros administrativos das maiores empresas transnacionais (EMPLASA, 2016).

Por outro lado, a RMC, criada em 2000, configura-se como a segunda região metropolitana do estado de São Paulo, sendo responsável por 8,92% do PIB estadual (IBGE, 2015). Fazendo vizinhança com a RMSP, esta região ocupa importante posição social e econômica em nível estadual e nacional, uma vez que abrange um forte e moderno parque industrial, constituídos por segmentos setoriais diversificados, inclusive com uma estrutura agrícola/agroindustrial. Estrategicamente, a cidade de Campinas (sede) possui o Aeroporto de Viracopos, considerado o segundo maior aeroporto do país em termos de transportes de carga (EMPLASA, 2016).

Já a RMBS foi criada em 1996, concentra 4% da população estadual (IBGE, 2017) e possui um PIB de 60.407.350 milhões. Os municípios desta região metropolitana possuem uma diversidade de atividades, tais como Complexo Industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos (mais importante da América do Sul), que desempenham funções importantes em nível estadual (exportação, indústria e turismo), e diversas outras de importância regional (comércios atacadista e varejista, saúde, educação, transportes e sistemas financeiros).

Criada em 2012, a RMVPLN encontra-se localizada entre duas fortes regiões metropolitanas do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Possui uma economia forte e diversificada em termos de produção industrial, com ênfase nos setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e de materiais bélicos que geram 5,29% do PIB paulista (102.603.526 milhões), conforme aponta IBGE (2015). Sobressaem-se ainda as atividades portuárias e petroleiras (Litoral Norte), assim como a área de turismo, uma vez que a região abriga relevantes patrimônios culturais e ambientais (Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar e fazendas com valores históricos e arquitetônicos).

A quinta região a ser criada em 2014, a RMS representa 4,6% da população do estado de São Paulo, com densidade demográfica de 179,84 hab./Km² e cerca de 4,03% do PIB paulista (IBGE, 2017). Esta região metropolitana encontra-se inserida entre três importantes regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Campinas e Curitiba), mantendo ainda uma vizinhança e processo de conurbação com a RMC. Em termos de atividades econômicas, a RMS caracteriza-se pela sua forte e diversificada produtividade industrial, predominantemente relacionada às áreas de metal-mecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio (EMPLASA, 2016).

Por fim, a RMRP, objeto deste estudo, é subdividida em quatro sub-regiões, totalizando mais de 1,7 milhão de habitantes (IBGE, 2017), e caracterizada por ser a primeira região interiorana, tendo como via estratégica a Rodovia Anhanguera que em direção Sul liga às regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, assim como à região Portuária de Santos, e em direção Norte acessa a região do Triângulo Mineiro e Distrito Federal. Constitui-se numa região de economia forte e diversificada, caracterizadas por empresas com alta tecnologia, nas áreas de agropecuária (agronegócios), indústrias (sucroalcooleira), alimentação, comércio e serviços.

Comparativamente, em termos de área ocupada a RMRP ocupa o segundo lugar entre as seis RMs, com 14.788,20 Km², logo após a RMVPLN com 16.100,07 Km². Porém, ao analisarmos a população, verificamos que a RMRP é aquela com menor número de habitantes

(1.662.645 habitantes) em contraposição a RMSP, que possui população aproximadamente trezes vezes maior (21.391.624 habitantes).

Em relação a densidade populacional, a RMRP apresenta a menor densidade entre todas as regiões (112,43 hab/Km²) enquanto a maior se caracteriza pela RMSP com 2.691,80 hab./Km². Quanto ao PIB, também a RMRP apresenta o menor valor (55.122.858 milhões), da mesma forma que a RMSP apresenta a taxa de 1.056.948.121 bilhões (IBGE, 2015; 2017).

5. CONCLUSÕES

Por localizar-se na região central do estado de São Paulo, a RMRP tornou-se a primeira Região Metropolitana fora dos limites da denominada Macrometrópole Paulista, além de posicionar-se estrategicamente em relação às regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas.

A região caracteriza-se por ser socioeconomicamente forte, embora possua riquezas irregularmente distribuídas, com potencial diversificado de empresas relacionadas aos agronegócios (agribusiness), indústrias sucroalcooleiras, indústrias de alimentação, comércios e serviços variados, além de um forte sistema logístico em transportes, comunicação e segurança, índices elevados de IDH e saúde. O município de Ribeirão Preto, denominado sede da região, apresenta as melhores características econômicas, sociais e políticas para ser considerada sede da região, apesar de sua área territorial ser apenas a oitava maior e seus índices de sustentabilidades serem considerados precários.

O perfil comparativo e qualitativo entre os municípios desta região metropolitana e também em relação a outras regiões metropolitanas do estado de São Paulo permite subsidiar a elaboração de políticas de orientações gerais e alternativas viáveis que possam ser colaborativas à gestão e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Percepção da População dos Grandes Centros Urbanos sobre o Agronegócio Brasileiro**. 2013. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/analise-abag-nacional.pdf>> Acesso em 05 ago. 2018.

AZEVEDO, S.; GUIA, V. R. M. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2^a edição. Rio de Janeiro: FASE; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 431p.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. Cidade: espaço da cidadania. In: GIACOMETTI, A. B. R.; BRAGA, R. (Org.). **Pedagogia cidadã**. São Paulo: UNESP-PROPP, p. 105-120, 2004. Disponível em: Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidade%20espa%C3%A7o%20da%20cidadania%20braga11.pdf>> Acesso em 10 mai. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14/1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da União, Brasília. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm> Acesso em 02 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 10 mai. 2018.

CARMO, S. C. B. **Câmara e agenda 21 regional para uma rede de cidades sustentáveis: a região metropolitana da baixada santista**. 344f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4255?show=full>> Acesso em 01 ago. 2007.

CEPAGRI. Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura. 2017. **Clima dos municípios paulistas**. Disponível em: <<https://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>> Acesso em 05 ago. 2018.

DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. 2017. **Frota de Veículos - 2017**. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/index.php/estatistica/610-frota-2017>> Acesso em 20 jul. 2018.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. 2016. **Perfil Regional - Região Metropolitana de Ribeirão Preto**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>> Acesso em 23 jul. 2018.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. 2017. **RM de Ribeirão Preto elege presidente e vice-presidente do Conselho**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>> Acesso em 23 jul. 2018.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v. 1, n. 3, p. 44-53, 2009.

HAYASHI, C.; SILVA, L. H. A. Políticas públicas de gestão ambiental e sustentabilidade: um estudo de caso do município de Ribeirão Preto, SP. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v.11, n.7, p. 65-79, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. **Mapa de Biomas e de Vegetação do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 01 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. **Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>> Acesso em 20 jul. 2018.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados do Brasil**. São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>> Acesso em 12 jun. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. (30 de agosto de 2017). **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data referência em 1º de julho de 2017**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf>> Acesso em 19 jul. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. 2007. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 244p.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2017. **Exportações, Importações e Balança Comercial - Município: SP-Ribeirão Preto**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=3443402>> Acesso em 01 ago. 2018.

MIRANDA, E. E. Embrapa Monitoramento por Satélite. 2005. **Sistema de Gestão Territorial para a ABAG/RP**. Campinas. Disponível em: <<http://www.abagrpnpm.embrapa.br>> Acesso em 01 ago. 2018.

MOTTA, D. M. M. As metrópoles e os desafios da política urbana. In. RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FASE; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 431p.

PNUD Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013. **Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal, 2013 – Todos os Estados do Brasil. 2010**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>> Acesso em 01 agosto 2018.

SÃO PAULO. **Constituição Estadual de São Paulo**. 1989. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70452>> Acesso em 10 jun. 2018.

SÃO PAULO. **Nova Região Metropolitana de Ribeirão Preto engloba 34 municípios**. Governo do Estado de São Paulo. Palácio dos Bandeirantes. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/nova-regiao-metropolitana-de-ribeirao-preto-engloba-34-municipios/>> Acesso em 10 mai. 2018.

SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 1.290, de 06 de Julho de 2016**. Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto. 2016. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1319780>> Acesso em 27 jul. 2018.

SÃO PAULO/SMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Governo do Estado de São Paulo. **Programa Município Verde-Azul**. 2017. Disponível em: <<http://verdeazuldigital.sp.gov.br/site/o-projeto/>> Acesso em 02 ago. 2018.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Parques e reservas naturais**. 2018a. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/>> Acesso em: 25 jul. 2018.

SÃO PAULO. Portal do Governo. 2018. **Portal SigRH. Sistema Integrado de Gerenciamento de Recurso Hídricos do Estado de São Paulo.** 2018b. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhparado/apresentacao>> Acesso em 03 ago. 2018.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. 2016. **Perfil Regional - Região Metropolitana de Ribeirão Preto.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual/>> Acesso em 18 jul. 2018.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190p.

TOTTIS, K. L. **As vantagens, obrigações e o interesse da municipalidade em se fazer parte da região metropolitana de Curitiba.** 2013. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=11375> Acesso em 18 ago. 2018.